

Congresso repudia liderança do governo

Josemar Gonçalves



Para Santana, idéia não tem sentido

Planalto contém os mais afoitos

Andrei Meireles

Depois do susto dado no governo em sua primeira reunião, a poderosa bancada do PMDB na Câmara está sob fogo cerrado, iniciativas atribuídas ao Planalto, como a criação de uma liderança do governo desvinculada dos partidos e a formação de um bloco conservador suprapartidário, têm como objetivo esvaziar o PMDB e evitar surpresas no plenário da Constituinte. A reação no PMDB, contudo, foi profundamente negativa: divergências políticas e ideológicas à parte, a força de seus integrantes moderados ou progressistas baseia-se em suas numerosas bancadas partidárias.

As duas propostas inspiradas em gabinetes palacianos parecem, em consequência, destinadas ao fracasso. Os quatro candidatos à Liderança do PMDB na Câmara, que expressam todas as correntes partidárias, são unânimes em sua rejeição. A cúpula do partido também. Mas, para seus articuladores, elas já conseguiram um resultado positivo: conter o ímpeto inicial demonstrado pela renovada bancada do PMDB.

No governo, aberta ou reservadamente, são cada vez mais frequentes as manifestações de receio com a possibilidade da Constituinte deixar de lado o script pensado quando de sua convocação e avocar para si decisões consideradas inconvenientes no Planalto. A definição do mandato do presidente José Sarney é um deles. Caso a Constituinte decida que possa durante seus trabalhos alterar em plenário dispositivos da atual Constituição, o mandato presidencial simplesmente entrará na berlinda.

A estratégia posta em prática de abrir flancos no PMDB, aproveitando as brechas de suas tradicionais divisões internas, que esbarra-se num comportamento histórico do partido: eternas brigas internas, mas raras divisões. No máximo, defecções localizadas, geralmente por causas outras que não as divergências ideológicas.

Na opinião de políticos que analisam a ofensiva anti-PMDB, o objetivo, na realidade, não é de dividir o partido, mas simplesmente evitar que a Constituinte, sob o ímpeto dos setores mais aguerridos do PMDB, atropela o governo. E o mandato do presidente José Sarney.

A intenção do Planalto em criar uma liderança do governo na Constituinte é "esdrúxula" (deputado Fernando Lyra), "exótica" (deputado Milton Reis), ou não "tem o menor sentido" (deputado Carlos Santana, cotado para o cargo). Segundo o deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes dos conservadores do PMDB, o presidente José Sarney não está pensando nisto. Muitos políticos atribuem a proposta exclusivamente ao Gabinete Civil da Presidência da República, preservando Sarney das críticas.

A liderança do governo na Constituinte sofre restrições no PMDB e no PFL. Mas, mesmo assim, pode ser criada: "É um ato unilateral do presidente da República", justifica o deputado Luiz Henrique, um dos candidatos à liderança do PMDB na Câmara. Para Carlos Santana, a escolha de um líder do governo sem consulta à bancada do PMDB resultará na indicação de um "líder vazio, sem liderados".

O senador Fernando Henrique Cardoso já foi líder do governo no Congresso Nacional, por indicação do presidente Tancredo Neves, sem que seu nome tivesse a aprovação das bancadas. Resultado: tinha o cargo, mas não tinha liderados. Sua função, com o tempo, simplesmente se esvaiu. E nada modificou quando formalmente a deixou.

A irritação dos políticos do PMDB, no entanto, é maior com a proposta formulada pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, de criação de um bloco de centro suprapartidário. O deputado Fernando Lyra, a exemplo de Acácio Neves, protestou contra a utilização do nome de Tancredo Neves para o bloco: "O nome do doutor Tancredo deve ser usado para coisas mais nobres. Isto é um desrespeito a sua memória. Deveriam dar a este bloco o nome de Marco Maciel ou, quem sabe, Aureliano Chaves".

O deputado Milton Reis, candidato da bancada mineira à liderança do PMDB, diz que a idéia do "bloco é esvaziar o PMDB, mas não vai dar certo. Isto é um absurdo e nós não aceitamos. Ninguém vai cair neste canto de sereia".

Já Luiz Henrique considera que "democracia só se faz com partidos. Este bloco é inviável. Isto não interessa nem ao governo. Ninguém do PMDB vai entrar nessa". Até o deputado Roberto Cardoso Alves, tido como um dos líderes do movimento para a formação do bloco conservador, faz ressalvas a sua criação: "Ele só deve ser criado se as esquerdas antes se organizarem em um bloco. Caso contrário, perde o sentido".

Escolha do adversário
Em entrevista, Milton Reis supreendeu os repórteres, assegurando que a candidatura Carlos Santana não

Sarney pode escolher líder logo

As consultas que o presidente Sarney fez ao longo da semana aos parlamentares da Aliança Democrática sobre a conveniência do governo ter seu líder próprio, independente dos líderes do PMDB e do PFL, estão se encerrando hoje. No final da tarde de ontem, o presidente da República conversou com o deputado Milton Reis, candidato à liderança do PMDB, em audiência extra-agenda e com o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. Milton Reis, inclusive, achou que a escolha será feita hoje ou segunda-feira.

"O presidente deve escolher seu líder na segunda-feira porque ele defende a tese de que escolher o líder depois da eleição do líder do PMDB (dia dez, terça-feira) é traição com o partido e o presidente jamais faria uma traição".

O nome desse líder, entretanto, permanece em sigilo. O deputado Prisco Vianna, que desfruta das melhores condições para interpretar o pensamento de Sarney e tem habilidade suficiente para negociar os interesses do governo junto ao Congresso Nacional, vem recebendo vetos dos peemedebistas históricos porque sua presença no partido é recente, embora ele mereça também a confiança do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. Sarney espera inclusive contar com o concurso de Ulysses Guimarães para eliminar as barreiras ideológicas contra Prisco Vianna. O nome do deputado Carlos Santana, também candidato à

Deputado descarta bloco de apoio

A melhor forma de o Palácio do Planalto tentar influenciar na Constituinte é justamente a de não organizar nenhum bloco de parlamentares, como o que estaria sendo articulado pelo líder do PFL na Câmara, José Lourenço. Se o governo pretende exercer alguma pressão sobre os constituintes, deve fazê-lo através de uma aglutinação o mais informal possível.

A opinião é do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), que disse considerá-la "intempestiva" a idéia de José Lourenço de organizar um bloco de centro. Saulo observou que, em termos ideológicos, os blocos serão formados naturalmente, sem haver necessidade de um "organizador". Na Constituinte — observou — "haverá tantos blocos quantos forem os assuntos de natureza ideológica em discussão".
O deputado Lúcio Alcântara (CE) também acredita que o governo não ob-



decolou na bancada. E garantiu: "A disputa real será entre o Luiz Henrique e eu". Carlos Santana considera bem a sua candidatura e também a polarização com Luiz Henrique. Só que com ele.

João Hermann, outro candidato, diz que está em ascensão vertiginosa e prevê que será um dos dois nemes do PMDB que irão para o segundo turno. Por isso, desde já, está fazendo campanha também pela segunda opção dos deputados. Luiz Henrique, por sua vez, garante que já tem mais de 140 votos, o que lhe permite alcançar a maioria absoluta da bancada no primeiro escrutínio. E descarta qualquer possibilidade do atual líder, Pimenta da Veiga, entrar no páreo: "Isto é um fantasma do meio-dia".

Covas

Transferir do Congresso para a Constituinte a linha divisória entre governo e oposição é um grande erro, advertiu ontem o senador Mário Covas (PMDB-SP) ao condenar a disposição do presidente Sarney de indicar um parlamentar para defender os interesses do governo junto à Assembleia. Na opinião de Covas, o divisor entre governo e oposição deve ser estabelecido nos limites do Congresso.

— Na Constituinte, o grande divisor deve ser o programa, devem ser os compromissos de cada partido — defendeu Covas.

Covas acha natural que o governo tente incluir na elaboração da Constituição. Ele chega a dizer que "só quem não conhece política pode pensar na inexistência dessa influência". Insiste, contudo, em advertir que a participação do governo na elaboração da futura Carta, através de um representante parlamentar, deformaria o processo constituinte, descaracterizando a natureza do debate e refletindo um enfrentamento produzido por problemas conjunturais.

— Os interesses do governo têm que ser defendidos dentro da Câmara e do Senado — insistiu o senador Covas —, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de que o PMDB se organize para atuar em duas frentes.

liderança do PMDB, sofre uma restrição: sua habilidade política é discutível. Santana teria dificuldades em negociar com alguns setores do partido.

Se o nome do líder ainda é sigiloso, não há mais segredos sobre os parlamentares que formarão o bloco de sustentação do presidente Sarney no Congresso Nacional. Ao longo da semana, o Presidente da República recebeu exatamente os seus "homens de confiança": Prisco, José Lourenço, Luis Vianna, Lourival Batista, Carlos Santana e Roberto Cardoso Alves, sem contar com Sarney Filho e Cid Carvalho, que não precisam marcar audiência porque privam da intimidade do presidente. Todos esses parlamentares circularam intensamente pelo Palácio do Planalto durante toda semana e com eles Sarney discutiu a questão de liderança do governo.

E o nome, na opinião do líder pefelista do Senado, Carlos Chiarelli, deve ser de escolha exclusiva de Sarney. "É líder do governo, não líder de bancada, e por mais poderes que tenha o doutor Ulysses — afirmou Chiarelli — não cabe a ele escolher. Pode e deve estar conversando com o presidente da República, mas a escolha é exclusiva do presidente Sarney".

O presidente preferiria que o nome escolhido coincidissem com o nome a ser votado para a liderança da bancada mas, se isto não for possível, Sarney não se preocupa. De qualquer forma, ele não abre mão de um líder do governo.

terá resultados se organizar blocos de pressão, embora não acredite que haja intenção de pressionar "à moda antiga", como ocorria nos regimes militares. "Não creio que o governo queira fazer imposições, mas é possível — admite ele — que busque exercer certa influência, menos em causa própria e mais em termos de idéia, pensando no futuro do país". Nestes termos — diz Lúcio — a ação política seria legítima, ao contrário do que se poderia dizer de uma pressão ideológica na base de ameaças de retrocesso, por exemplo.

Lúcio Alcântara, que, como presidente da Fundação Tancredo Neves, do PFL, está organizando seminários sobre a Constituinte, lembrou que, de qualquer modo, as relações entre os poderes Executivo e Legislativo sempre foram tensas. "Isto é uma realidade histórica — diz ele. O Legislativo surgiu exatamente para limitar o poder do "Rei".

Progressistas ainda não se articularam

A agitação que tomou conta do Congresso Nacional, desde que se instalou a Assembleia Nacional Constituinte, ainda não permitiu aos setores "progressistas" terem exata dimensão do universo com o qual poderão trabalhar articuladamente, para garantir "avanços" na Constituição a ser elaborada. Essa desinformação é fruto principalmente da falta de articulação da ala "progressista" do PMDB que, dispersa e diante da grande massa de novos deputados, ainda não começou a se organizar.

Algumas tentativas no sentido de se identificar o chamado grupo progressista já foram feitas. As eleições para as presidências da Câmara e da Constituinte, bem como a votação da proposta do PT e do PCB, que visava a exclusão dos senadores eleitos em 1982 da Constituinte, são os três referenciais — imprecisos — que os peemedebistas têm para quantificar o setor mais avançado do partido.

Parlamentares ligados ao deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) afirmam que ele já conseguiu avaliar o

número de peemedebistas que votaram no seu nome para a presidência da Câmara: teriam sido cerca de 50.

No episódio dos senadores, esse número teria subido para quase 100, levando-se em consideração as absenças. E, na votação do deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ) como antecandidato a presidente da Constituinte, cerca de 50 dos 100 votos que ele recebeu, teriam sido do PMDB, conforme avaliação geral.

— Ou nos articulamos e nos posicionamos, ou ficaremos a reboque dos pequenos partidos de esquerda — alertou ontem a deputada Cristina Tavares (PE), da ala progressista do PMDB.

Os setores avançados do PMDB, contudo, carecem de liderança, segundo o entendimento de vários parlamentares, as figuras que seriam naturalmente uma voz de comando do segmento progressista do partido, aliam-se ao governo tomando posições muitas vezes sem consonância com os compromissos defendidos pelas esquerdas.

Faltas começam a ser sentidas

Trinta e quatro parlamentares estiveram ausentes da eleição de presidente da Assembleia Constituinte, segunda-feira, mas somente 18 deles terão seus nomes registrados na ata da sessão como ausentes — entre os quais dois governadores eleitos senadores, Alvaro Dias, do Paraná, e Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul, ambos do PMDB.

A mesa registrou na ata o resultado da votação para presidente da Assembleia Constituinte — Ulysses Guimarães, 425 votos; Lizáneas Maciel, 69 votos; 31 em branco. Votaram 525 dos 559 constituintes. No tumulto que se formou para a votação secreta, funcionários não puderam sequer assinalar todos os nomes dos que não votaram.

Dos 34 constituintes que deixaram de votar, serão registrados no "Diário da Assembleia Constituinte" apenas

18 nomes: Beth Azize, Carlos Alberto de Carli, Carrel Benevides, Francisco Coelho, Manuel Viana, José Queiroz, Luiz Leal, Mário Bou Chardet, Jayme Paliarin, Nelson Seixas, Alarico Abib, Ivo Lech e os deputados paulistas Caio Pompeu, Felipe Cheide, Paulo Zarzur e Teodoro Mendes.

Esta demonstração de desinteresse em uma votação importante e esperada, para a presidência da Constituinte, pode ser um indicio lamentável do que vai ocorrer daqui para a frente. Ontem, a sessão em que deveria ser aprovado o projeto de regimento provisório transformou-se em um grande pinga-fogo e não constava com a presença nem de dois terços dos parlamentares. O regimento não foi votado e a mesa registrou 72 emendas ao provisório (as suscintas normas que deveriam regular a discussão do regimento de definitivo).

Nelio Rodrigues